

Entre o colonizador e o colonizado: reflexões em torno da pertença e acessibilidade do *corpus* documental sobre a delimitação e demarcação das fronteiras de Moçambique¹

Ana Cristina Roque*

p. 71-81

1. Introdução

A importância dos arquivos e a questão da sua acessibilidade é incontornável no trabalho do historiador. Nos últimos anos registaram-se avanços significativos, designadamente no que respeita ao reconhecimento do valor dos documentos de arquivo como património e memória (Diop, 2011) expresso na Declaração Universal sobre os Arquivos (UNESCO, 2011), e à adoção de novas tecnologias que têm vindo a permitir consideráveis progressos tanto no tratamento e preservação dos vários tipos de documentos, quanto na criação de instrumentos específicos de acesso e formas de disponibilização, numa variedade de suportes e formatos, em conformidade com as resoluções aprovadas em 2011, na 36.ª conferência Geral da UNESCO, realizada em Paris (DGAR, 2011).

Porém, parece haver ainda um longo caminho a percorrer considerando tanto o tratamento arquivístico da documentação quanto, e sobretudo, a sua disponibilização e critérios de acessibilidade. E este caminho, apesar dos bons exemplos de alguns arquivos,² parece ser ainda mais longo quando se trata de arquivos sobre África e, mais concretamente, quando em causa estão documentos específicos como os que se referem às fronteiras dos antigos territórios coloniais.

O tema das fronteiras é, desde logo, um tema delicado, de abordagens múltiplas nem sempre consensuais e que, no caso das fronteiras físicas dos territórios das ex-colónias, se torna mais problemático pela ligação imediata à construção forçada de um espaço delimitado

* CH-ULisboa – Centro de História. Faculdade de Letras. Universidade de Lisboa. Meus agradecimentos aos pareceristas anónimos pelos comentários feitos a este artigo.

¹ Uma primeira versão deste artigo foi apresentada oralmente no Seminário Internacional “*Culture, Politics and Labor in Southern Africa*”, que se realizou em Campinas, de 11 a 14 de maio de 2015, onde se apresentou e discutiu a situação em que se encontrava esta documentação nos arquivos do Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT). De então para cá, este Instituto foi extinto por fusão na Universidade de Lisboa e na Direção Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas (Decreto-Lei n.º 141/2015, de 31 de julho). Esta extinção implicou uma reorganização dos diferentes materiais que, até essa data, estavam à guarda desta instituição e, naturalmente, algumas alterações no que respeita à localização, disponibilidade e acesso a estes materiais. Assim, procurando acompanhar o processo de transferência e reorganização destes materiais, este texto teve de sofrer as devidas alterações decorrentes desta nova situação.

² Veja-se, por exemplo, o caso do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) – Centro de Pesquisa e Documentação Social. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas (http://www.ael.ifch.unicamp.br/site_ael/) –, que, em maio de 2015, tivemos oportunidade de visitar durante os trabalhos do Seminário “*Culture, Politics and Labor in Southern Africa*”.

por interesses exteriores, desconsiderando realidades locais e regionais em nome de uma pretensa unidade que não existia (Roque, 2016).

Razões para fazer deste tema um palco privilegiado para estudar a implementação do colonialismo em África mas, em simultâneo, que justificam também terem sido deixados em aberto muitos aspetos aos quais não tem sido dada a devida atenção. Aspetos que se prendem quer com a informação que este tipo de documentação integra, e que não se esgota nas balizas cronológicas e temáticas da História Colonial, quer com a natureza específica desta documentação, e que obrigam a uma reflexão sobre a sua função enquanto instrumento da política colonial e, simultaneamente, instrumento fundamental para garantir e legitimar atualmente a soberania desses territórios enquanto estados independentes.

Nesse sentido, considerando o interesse a as potencialidades destes documentos, pretende-se chamar a atenção para um *corpus* documental específico, genericamente designado por *Arquivo de Fronteiras*, numa dupla perspetiva: por um lado, a necessidade de disponibilizar oficialmente a documentação que faz parte deste *corpus* – o que em termos institucionais devia ser já um assunto resolvido e que remete para as relações diplomáticas e respetivos acordos entre os diversos estados envolvidos nesta questão e que, obviamente, não são aqui objeto de análise – e, por outro lado, a de sublinhar a importância dessa mesma documentação para uma melhor compreensão da evolução e alterações regionais e, consequentemente, da situação atual, e a possibilidade de contribuir para, no caso de Moçambique, ajudar à gestão e desenvolvimento do país.

2. Fronteiras coloniais – reconhecer, aceitar e garantir

A herança e aceitação das fronteiras coloniais, por parte dos países africanos, tem vindo a ser amplamente discutida desde os anos 60 e assume-se hoje como um dos debates mais significativos da história contemporânea desses países, sobretudo quando está em causa a reafirmação do traçado das linhas de fronteira, originalmente definidas pelas potências coloniais, e as suas consequências. Longe de ser um problema específico de Moçambique, esta questão reflete e sublinha o problema da reconstrução e reajustamento atual das fronteiras oficiais de praticamente todos os estados africanos e, enquanto tal, envolve não só os países africanos, como a comunidade internacional, particularmente a Europa.

Este debate resulta também, em boa parte, da necessidade de os estados africanos implementarem a resolução sobre a inalienabilidade das fronteiras coloniais, assumida no Cairo em 1964, e que fundamenta o Programa de Fronteiras da União Africana (2007). O Programa é visto como um instrumento fundamental para a paz, segurança e desenvolvimento económico e social dos diferentes estados (Nugent & Asiwaju, 1996; Asiwaju, 2012), e prevê que o processo de reconstrução de fronteiras, para os estados que a ele aderiram, esteja concluído até 2017 (OUA, 2013). Nesse sentido, governos e instituições têm-se mobilizado para proceder, em devido tempo, às obras necessárias e aos indispensáveis contactos diplomáticos.

No caso de Moçambique, os trabalhos de campo foram iniciados por uma equipa do Instituto do Mar e das Fronteiras (IMAF), e o resultado imediato foi a constatação do desaparecimento de muitos marcos de fronteira e, consequentemente, a dificuldade em localizar exatamente onde passava a linha de fronteira; sendo que, a esta dificuldade, acrescia a falta de informação sobre as coordenadas geográficas dos marcos desaparecidos (IMAF, 2009).

Qualquer tentativa para a recuperação da localização destes exigia o conhecimento prévio da sua posição geográfica precisa, dependendo a reconstrução da linha de fronteira de descrições, mapas e dados topográficos ou geográficos inexistentes em Moçambique (Roque, 2010a), uma vez que a informação que tinham disponível se restringia apenas à documen-

tação publicada; a saber, os tratados e convenções assinados por Portugal e Inglaterra sobre as áreas em disputa entre estes dois países, entre 1869 e 1926. Documentação que estava longe de fornecer a informação necessária à reconstrução atual das fronteiras do país.

Esta situação veio alertar para o facto da maioria da documentação oficial sobre este processo, respeitante a todos os territórios coloniais, não estar disponível nem acessível aos atuais países africanos e sublinhar a necessidade de uma colaboração oficial com os demais países envolvidos.

Aceitando as fronteiras coloniais, os novos estados africanos assumiram-nas como parte integrante de sua própria história, marcas físicas dos seus limites geográficos e políticos, legitimando assim as pretensões destes países ao acesso livre e sem restrições a todos os documentos oficiais relacionados com a história das suas fronteiras e considerados fundamentais, em termos geopolíticos e geoeconómicos (Mucombo, 2013). Contudo, porque considerados prioritariamente na perspectiva da história do Império Colonial Português e dos portugueses em África, estes documentos permaneceram nos arquivos portugueses.³ Efetivamente, muitos são os casos em que as antigas colónias, agora países independentes, não têm acesso a esta documentação nem possuem cópia da mesma, ainda que se trate de um *corpus* documental único para a sua história, constituindo mesmo, por vezes, a principal fonte de informação para aspetos particulares do seu território (Roque, 2010a). Esta situação remete-nos, inevitavelmente, para a discussão em torno do significado e função do Arquivo (Tembe, 2015), das dificuldades inerentes à sua deslocação e do controle dos direitos dos arquivos, designadamente dos arquivos respeitantes ao Estado Colonial, mas, também, para a importância de agilizar os processos conducentes à concretização dos compromissos assumidos em 2011, no que respeita à sua gestão, acessibilidade e utilização (UNESCO, 2011).

2.1. Documentação portuguesa relativa ao processo de delimitação e demarcação de fronteiras: tipo de documentos, localização e acesso

Relativamente a Moçambique, a informação sobre este processo encontra-se hoje dispersa por vários arquivos e instituições, de entre os quais o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), a Universidade de Lisboa (UL), a Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL), a Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), o Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) e o Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT). No entanto, como a maioria dos trabalhos relativos à definição das fronteiras dos territórios coloniais foi desenvolvido pela Comissão de Cartografia (CC), e o seu sucessor institucional foi o Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT), esta instituição foi, até à sua extinção em julho de 2015, a que acolheu nos seus arquivos o principal repositório de informações sobre as fronteiras coloniais africanas.

À data da sua extinção, o IICT integrava o AHU e era tutelado pelo MNE; sendo que os seus arquivos albergavam não só a documentação de natureza técnico-científica e histórico-diplomática relativa ao processo de definição das fronteiras de todos os territórios das ex-colónias, como todo o equipamento científico usado durante as várias missões e os respetivos espólios delas resultantes. A extinção do IICT e a sua integração na Universidade de Lisboa teve, como resultado, a transferência de quase todo este núcleo documental e material para o Museu Nacional de História Natural e da Ciência da Universidade de Lis-

³ A pesquisa que serve de base a este trabalho tem sido feita, fundamentalmente, nos arquivos portugueses e sobre documentação portuguesa. É possível que o mesmo tipo de questões se ponha relativamente a outros países que, como a Inglaterra, a França, a Alemanha ou a Itália desenvolveram, a seu tempo, processos semelhantes nas suas colónias. Porém, o estado atual desta investigação não permite ainda fazer qualquer tipo de comparações com a situação que possa ocorrer (ou ter ocorrido) nesses países.

boa (MUHNAC) onde, desde o início de 2016, tem estado a ser alvo de análise tanto numa perspetiva institucional, que considera os atuais países africanos, herdeiros dos territórios coloniais portuguesas, e o modo como neste contexto se deve proceder à disponibilização desta informação, quanto na perspetiva da sua reorganização e acessibilidade de consulta para investigação.

A mudança de tutela e localização, bem como o tratamento arquivístico desta documentação, não tendo implicações na forma como originalmente se encontravam organizados os diferentes núcleos documentais relativos ao processo de definição das fronteiras nos antigos territórios coloniais, parece ter preservado sem alterações a caracterização geral deste *corpus* documental. Assim, no caso de Moçambique, persistem como núcleos mais relevantes, os que integram a cartoteca da *Comissão de Cartografia* (1883-1936),⁴ o *“Arquivo de Fronteiras (1856-1942)”*⁵ e os arquivos da Missão Geográfica de Moçambique (1932-1983) (Vd. Quadro 001). Quase todos com acesso ainda condicionado embora a consulta de uma parte já possa ser feita sob pedido prévio.

Há ainda documentação dispersa por outros núcleos documentais do AHU, nomeadamente os da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar e os do Ministério das Colónias, ou ainda os do Ministério do Ultramar, tendo este último núcleo transitado do AHU para o Arquivo Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, ainda antes da extinção do IICT (Vd. Quadro 002).

A esta documentação acresce um número significativo de relatórios, cartografia (manuscrita e impressa) e publicações da Comissão de Cartografia, que também se encontrava no IICT, mas na biblioteca do Centro de Documentação e Informação (CDI), e ainda, a própria biblioteca da Comissão de Cartografia que, ao longo do tempo, foi constituída para enquadrar e apoiar os diversos trabalhos da Comissão.⁶

Contrariamente ao que se refere no Quadro 001 sobre a acessibilidade, e excetuando o núcleo do Ministério do Ultramar que apresenta algumas restrições, todos são de acesso livre. Porém, em nenhum deles, a questão das fronteiras se encontra identificada, aparecendo inadvertidamente ligada a outras matérias, designadamente na documentação sobre os Serviços de Saúde em ligação, com a imigração para o Transval, as epidemias (variola, por exemplo) ou as doenças endémicas (tripanossomíase, malária) que podem aparecer em associação com litígios fronteiriços.

Contudo, é a falta da documentação referida no Quadro 001 que tem sido apontada por Moçambique como uma das maiores condicionantes aos trabalhos necessários para confirmar os 6.912 km de fronteira envolvendo oito países vizinhos.⁷ Situação que, desde 2009, tem vindo a ser objeto de atenção pelas vias oficiais competentes, que à época envolviam o MNE, o IICT e o IMAF, já que em causa estava o acesso a informação fundamental e necessária à gestão atual das fronteiras do país.⁸

⁴ A Cartoteca é um dos núcleos que não transitou para o MUHNAC e se mantém no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), atualmente integrado na Direção Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas; sendo que o site do AHU (<http://www2.iict.pt/?idc=100&idl=1>) disponibiliza informação sobre a documentação existente e sobre os instrumentos de acesso a esta mesma documentação.

⁵ Designação genérica dada ao acervo constituído pela documentação sobre a questão das fronteiras existente no IICT e que inclui: processos de correspondência, documentação oficial e diplomática, atas das reuniões realizadas pelas comissões de fronteiras, relatórios e notas de campo, descrição e localização geográfica dos marcos de fronteira, resultados dos trabalhos topográficos e geodésicos, esboços, mapas, fotografias, descrições dos territórios atravessados, informações (litígios, impostos...), sobre todos os territórios que, em tempo, estiverem sob domínio português.

⁶ Informação específica sobre esta biblioteca pode ser consultada em <http://www2.iict.pt/?idc=21&idi=14253>.

⁷ 4.212 km de fronteira continental (Tanzânia, Malawi, Zâmbia, Zimbabwe, África do Sul, Suazilândia), 2.700 km de fronteira marítima (Tanzânia, Comores, Madagáscar e África do Sul). IMAF, 2009.

⁸ Desconhecemos o atual ponto da situação relativo a esta questão, mas, entre 2009 e 2015, o então IICT recebeu 3 delegações oficiais de Moçambique, uma das quais incluía também uma delegação do Malawi, no sentido de se ultrapassarem dificuldades de acesso e agilizar a disponibilização desta documentação.

3. Informação e conhecimento: dados históricos e geográficos

A informação presente nesta documentação é de natureza muito variada e, naturalmente, pode ser abordada de múltiplas formas, dependendo do contexto e objetivos da sua utilização (Roque, 2012; Roque, 2014; Roque 2015). Porém, considerando que o objetivo deste artigo é, sobretudo, refletir sobre as questões da pertença, acesso e preservação desta documentação, e por inerência sobre a natureza deste corpo documental e a sua importância para a gestão atual das fronteiras de Moçambique, referenciam-se apenas dois aspetos que evidenciam claramente o seu contributo e sublinham a relevância desta discussão.

O primeiro aspeto prende-se com a necessidade de Moçambique, enquanto estado soberano, conhecer os limites físicos do seu território e, consequentemente, possuir a documentação que os define e legitima face aos estados vizinhos e à comunidade internacional. Em abril de 2008, numa sessão da Assembleia Legislativa, dois deputados deixaram bem expressas algumas das dificuldades resultantes do desconhecimento desses limites. Manuel de Araújo afirmava que Moçambique era “um País escancarado”, sem fronteiras delimitadas, referindo, como exemplo, a fronteira de Manica que, pelo facto de os marcos terem desaparecido, permitia uma mobilidade “não controlada” entre Moçambique e o Zimbabwe. Por seu turno, Leopoldo Ernesto, pondo a tónica na gestão/administração do território referia que, no norte do país, havia estradas que ninguém sabia se pertenciam a Moçambique ou ao Malawi (Sambo, 2008).

Em qualquer dos casos, ambos os deputados evidenciavam a necessidade de conhecer os limites do país, implementando no terreno as antigas linhas de fronteira materializadas por marcos ou vedações, para tornar evidente a demarcação, facilitar a gestão do território de Moçambique face aos países vizinhos e permitir que cada cidadão pudesse saber a que país pertencia.

Subjacente a estas afirmações está não só o pressuposto de que a fronteira delimita fisicamente o território de um Estado soberano face aos seus vizinhos, como que a reconstrução das linhas de fronteira se deve basear no trabalho científico feito no passado – coordenadas geográficas dos marcos, dados topográficos e cartográficos... – e ratificado pelas instituições oficiais hoje responsáveis pela gestão das fronteiras. Porém, para que seja possível essa ratificação, torna-se imprescindível estar de posse da documentação que serviu de base à sua definição, delimitação e demarcação que integra o Arquivo de Fronteiras o que, como atrás se referiu, nem sempre acontece.

O segundo aspeto prende-se com a possibilidade de perceber o potencial desta informação em termos geoeconómicos e ambientais. Para além da componente histórico-diplomática e técnico-científica a que obrigaram os diversos trabalhos, foi necessário desenvolver todo um trabalho complementar de reconhecimento numa vasta área em maior ou menor grau afeta à fronteira. E, neste domínio, muitos dos documentos produzidos constituem os primeiros reconhecimentos detalhados da região com informações específicas sobre os recursos silvestres ou os modos de vida e organização das diferentes comunidades. Informações de interesse etnográfico, que permitem entender melhor quem habitava a região e como, num período em que uma boa parte do território de Moçambique era desconhecida dos Portugueses. Mas também informações que possibilitam mapear recursos, designadamente a água de que tanto se fala hoje (Fig. 001) e as áreas de risco, como sejam as de maior suscetibilidade a doenças como a malária ou a doença do sono, ou ainda potenciais recursos do território e que podem, hoje, constituir aspetos importantes a ter em conta nos programas de desenvolvimento regional destas áreas.

Há efetivamente todo um conjunto de informações que nos remetem seja para os impactos imediatos resultantes da implementação da fronteira em termos de território/recursos/usos, seja para a própria caracterização do território e a relação território/comunidades humanas



Fig. 001 – [? A. Freire de Andrade (1890-91)].
*Fronteira do Transval: Região entre os rios Pafuri
 – Limpopo e o rio Singuedsi.* AHU, Comissão de
 Cartografia, ex-CEHCA P10 C039.

e que podem contribuir para uma melhor percepção dos problemas regionais e locais e/ou das razões de alguns dos conflitos posteriores em áreas fronteiriças.

No caso das fronteiras do Sul de Moçambique, por exemplo, esta documentação aponta para que os principais conflitos fronteiriços tenham resultado sobretudo de duas situações específicas relacionadas com momentos precisos do processo. Uma, relacionada com a decisão unilateral de instalação de cercas de arame para delimitar áreas específicas do Transval incluídas no Kruger National Park após 1926; outra, com a decisão de divisão da Mapotolândia, ou território dos *AmaThonga*, entre duas autoridades coloniais diferentes, desrespeitando a sua unidade territorial, política, económica e socio-cultural e provocando uma rutura profunda nas formas de organização tradicional nesta região.

No primeiro caso, a vedação inviabilizou

a livre circulação de pessoas, gados, fauna silvestre e o acesso a recursos fundamentais, como a água que, na estação seca, persistia apenas em alguns fundões bem para lá da linha de fronteira com Moçambique. Quando no final dos anos 20 a fronteira foi vedada com redes metálicas e passou a ser policiada para que as mesmas não fossem destruídas, as populações do lado Moçambique viram drasticamente alteradas as condições em que viviam. A decisão unilateral das autoridades do Kruger de vedar os 350 kms de fronteira do Parque com Moçambique justificou-se pela necessidade de defesa da fauna silvestre, preservação do habitat natural e controlo de caçadores furtivos (Carruthers, 1995), bem como de controlo de contrabando e de movimentos migratórios ilegais (Macdonald, 2014). Porém, a questão da água veio a revelar-se crucial. Sem água para os gados, as populações foram obrigadas a procurar outras terras para nelas se estabelecerem contribuindo desta forma para o despovoamento da área fronteiriça e a alteração do coberto do solo nessa mesma área (Roque, 2012).

Já no caso dos *AmaThonga*, não obstante a inexistência de cercas, a implementação da fronteira afetou profundamente a organização dos Thonga que, anteriormente à divisão do seu território, ocupavam um vasto território que se estendia desde o sul da baía de Lourenço Marques até paralelo 27° 30' de latitude sul, perto do rio Ozimkulu,⁹ compreendendo zonas ecológicas diferenciadas que permitiam que a população usufrísse das disponibilidades sazonais específicas de cada uma delas. Com uma economia predominantemente pastoril, complementada pela caça e algumas culturas de subsistência, os Thonga movimentavam os seus gados entre as áreas a Norte do rio Maputo, com menos água, menos capacidade de proporcionarem o estabelecimento permanente da comunidade e parte delas ocupadas já por um outro grupo, e portanto com risco de conflito étnico, e as zonas a Sul do rio Maputo, em particular na envolvência da Baía de Kosi onde se encontravam as melhores terras (Roque, 2010b; 2014).

⁹ Atuais Baía de Maputo e Rio Mzimkhulu.

Se a ausência de cercas permitia a persistência de movimentos transfronteiriços, e por isso o impacto no quotidiano da comunidade poderia ser mínimo, qualquer movimentação implicaria a submissão a sistemas fiscais diferentes, impostos pelas duas potências coloniais que partilhavam a Maputolândia. Deste modo, mesmo sem vedações, os homens não poderiam simplesmente conduzir os rebanhos para as áreas além dos limites do poder colonial Europeu a que estavam sujeitos, sob pena de tal situação conduzir a conflitos políticos e eventuais sanções para a Comunidade.

Assim, em qualquer destas situações, a fronteira, inviabilizando o livre acesso a uma parte substancial do território, privou as comunidades indígenas da sua fruição e gestão, tornando-se um obstáculo à economia local e introduzindo um elemento de perturbação na sua vida diária, contribuindo para uma rutura da economia tradicional nas áreas de fronteira e para uma diminuição considerável da biodiversidade regional.

De igual modo, as situações de separação forçada de uma mesma comunidade, como a que se verificou com os Thonga, privaram muitos grupos do seu território original afetando a sua identidade enquanto comunidade e forçando mudanças de organização interna (Roque, 2010b; 2014). Enquanto em simultâneo, fomentavam novas identidades relacionados com o contexto colonial específico em que passaram a estar inseridos e resultando, para um mesmo grupo de origem, na emergência de características diferenciadas em função das diferentes experiências coloniais a que cada parte ficou sujeita (Kloppers, 2005); sendo esta informação particular relevante quando se considera o quadro histórico de uma abordagem antropológica atual nesta área.

4. Nota final

A reconstrução das linhas de fronteira entre Moçambique e os países vizinhos, uma vez aceite a resolução sobre a inalienabilidade das fronteiras coloniais e o Programa de Fronteiras da União Africana, tem de basear-se na informação decorrente dos trabalhos desenvolvidos no passado pelo governo colonial e na sua ratificação atual pelas instituições oficiais hoje responsáveis pela gestão das fronteiras. Porém, a concretização deste processo torna imprescindível o acesso a essa documentação, o que pressupõe, desde logo, o princípio do reconhecimento do direito de Moçambique à sua consulta e acesso e a obrigação de Portugal à sua disponibilização.

Independentemente da importância que essa documentação tem/teve para a História Colonial Portuguesa ela fundamenta a definição de Moçambique como espaço físico, onde o Estado exerce o seu poder político e soberano face aos Estados vizinhos com os quais faz fronteira e, enquanto tal, é um instrumento fundamental para garantir a soberania do Estado Moçambicano.

Naturalmente que esta situação não sendo específica do caso de Moçambique traz também para a ribalta a discussão sobre os Arquivos Coloniais e o seu papel atual. E, muito particularmente, a discussão sobre a quem pertence esta documentação: se ao colonizador que os produziu, se ao colonizado que é o seu foco. Discussão controversa alimentada por argumentação consistente, de ambas as partes, e que nos remete para outras situações que envolvem não só pedidos de documentação depositada em arquivos como, também, de objetos culturais, recolhidos no quadro de diversas campanhas e que, hoje, integram muitas coleções à guarda de diversos museus europeus.¹⁰

O problema é político e ético, reclamando uns e outros a legitimidade da posse dos diferentes documentos (materiais ou escritos) e implicando o envolvimento das autoridades

¹⁰ Sobre esta discussão veja-se, a título de exemplo, Borges e Botelho, 2010.

competentes de ambos os Estados. Porém, concluir a favor de uma das partes, não implica que não se reconheça que, colonizador e colonizado, fazem parte de um mesmo processo e partilham um tempo preciso da História. Tempo esse que, tendo sido conflituoso, não tem de continuar a sê-lo atualmente e esta documentação, como outra respeitante a aspetos específicos da administração colonial,¹¹ é fundamental não só para a compreensão da História de ambos os países, como para o conhecimento de aspetos particulares do território que, hoje, podem fundamentar decisões sobre o mesmo.

Neste contexto, e paralelamente às diligências oficiais e diplomáticas no sentido de ultrapassar as questões relativas à posse, localização e guarda deste *corpus* documental, urge trabalhar no sentido da criação e implementação de instrumentos de acesso à documentação textual e cartográfica, que permitam a sua disponibilização às instituições competentes para o seu estudo e utilização; sendo que os atuais meios de tratamento informático e facilidades de digitalização podem, neste domínio, desempenhar um papel crucial.

Seria tentador aprofundar as questões relativas às possibilidades das novas tecnologias que permitem agilizar o processo de preservação e disponibilização deste tipo de documentação, possibilitam a consulta em suporte digital e, consequentemente, permitem ultrapassar as questões decorrentes da localização física do arquivo e das dificuldades de acesso ao mesmo. Porém, tendo em conta que, no que respeita especificamente a este núcleo do *Arquivo de Fronteiras*, esse processo está ainda no início nos arquivos portugueses e que há questões institucionais que não estão ainda resolvidas, seria abusivo avançar com considerações que ultrapassariam largamente o âmbito deste artigo e que estão muito longe de depender apenas de procedimentos e meios técnicos para a sua execução.

Por sua vez, sem que se pretenda sobrevalorizar a relevância deste *corpus* documental relativamente a outros produzidos em contexto colonial, importa dar relevo a alguns aspetos que sublinham a importância específica de que se reveste a disponibilização desta documentação. Assim, por um lado, ao possibilitar a reconstrução da linha de fronteira conforme a sua definição no século XIX, esta documentação permite a atual gestão normal e regular da fronteira garantindo a definição e demarcação do território sob soberania de Moçambique e evitando, deste modo, conflitos territoriais com os países vizinhos. Por outro lado, e numa perspetiva mais ampla da utilização das informações presentes nesta documentação, o acesso a estes arquivos pode possibilitar o mapeamento de toda a zona de fronteira de Moçambique, tal como esta se apresentava nos finais do século XIX, com a identificação e localização dos recursos silvestres mais significativos e dos ecossistemas regionais, refletindo mudanças já em curso nesse período, mas ainda não afetadas pela pressão humana e económica dos meados do século XX (Roque, 2015).

Deste modo, abrindo espaço para o acesso a informação histórica mal conhecida, o tratamento e disponibilização desta documentação pode assim contribuir também para a constituição de bases de dados que suportem projetos atuais de investigação visando igualmente o desenvolvimento regional, designadamente das áreas fronteiriças abandonadas em resultado da falta de condições básicas. Neste contexto não será de mais sublinhar que, não sendo específica de Moçambique, esta situação replica-se na documentação que, no *Arquivo de Fronteiras*, respeita aos restantes territórios africanos que na segunda metade do século XX continuavam ainda sob administração colonial portuguesa. E que, por isso, o que se refere para Moçambique poderá aplicar-se à documentação relativa aos outros países, evidenciando a necessidade e urgência de repensar não só a questão da pertença e acessibilidade da generalidade dos arquivos coloniais, como o próprio papel dos Arquivos em todo este processo.

¹¹ Sobre este aspeto veja-se, a título de exemplo, o que se refere para os Relatórios da Inspeção Superior da Administração Ultramarina (ISAU) e da Inspeção Superior dos Serviços Administrativos e dos Negócios Indígenas (ISANI). Canas, 2013.

Quadro 001 – Principais núcleos documentais relativos ao processo de implementação das fronteiras em Moçambique (1883-1983)

Ref ^a	data	Tipo de documentação/materiais		Localização	Obs
Cartoteca da Comissão de Cartografia	1883-1936	Fotos	Cartografia manuscrita e impressa (481 mapas)	AHU	Em processo de tratamento arquivístico (Acesso sob pedido prévio). Fotos parcialmente disponíveis on-line
“Arquivo de Fronteiras”	1856-1942	36 caixas de documentos (manuscritos e datilografados)	Cartografia manuscrita	MUHNAC	Em processo de tratamento arquivístico (Acesso sob pedido prévio).
Missão Geográfica de Moçambique (MGM)	1932-1983	Relatórios e cadernetas de campo	Cartografia manuscrita	Instrumentos	Instrumentos acessíveis (visita). Documentação e fotos (Acesso sob pedido prévio)

Quadro 2. Núcleos documentais identificados no AHU que integram documentação relativa ao processo de implementação de fronteiras em Moçambique (1848-1936)

Identificação			Data	Acesso
SEMU – Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar	Direção-Geral do Ultramar	4.ª Repartição 5.ª Repartição	1848-1912	Acesso livre
	Direção-Geral do Ultramar	2.ª Repartição 3.ª Repartição	1883-1910	
	Direção-Geral das Colónias	6.ª Repartição	1911-1919	
MC -Ministério das Colónias	Direção dos Serviços Diplomáticos, Geográficos e de Marinha	6.ª Repartição	1919-1920	Pesquisa acessível on-line http://www2.iict.pt/?idc=82 Acesso livre
	Direção-Geral dos Serviços Centrais	6.ª Repartição	1920-1924	
	Direção Técnica do Fomento	6.ª Repartição		
	Repartição de Estudos Geográficos	6.ª Repartição		
	Comissão de Cartografia	6.ª Repartição	1924-1936	
MU – Ministério do Ultramar	Gabinete dos Negócios Políticos – Moçambique		1934-1974	Pesquisa acessível on-line http://www2.iict.pt/?idc=82 Acesso condicionado (inclui núcleos não disponíveis para consulta)

Referências bibliográficas

- Asiwaju, Anthony I. (2012), "The African Union Border Programme in European Comparative Perspective", in Wilson, T. M. and Donnan, H., eds., *Companion to Border Studies*, Chichester, UK: John Wiley & Sons, Ltd., pp. 66-82.
- Borges, Luiz Carlos & Botelho, Marília Braz (out. 2010), "Museus e Restituição Patrimonial – entre a coleção e a ética", IX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. Rio de Janeiro, 25-28. Disponível on-line, para consulta e download, em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xienancib/paper/viewFile/3593/2717>. Acesso, julho de 2016.
- Canas, Ana (2013), "Memórias Abertas de Moçambique e Arquivos Imperfeitos", in Roque, Ana e Rodrigues, Eugénia (org.), *Atas do Colóquio Internacional Saber Tropical em Moçambique: História, Memória e Ciência*. Lisboa: IICT. ISBN 978-989-742-006-1. Disponível on-line, para consulta e download, em: <https://2012congressomz.files.wordpress.com/2013/08/toico1.pdf>. Acesso, agosto 2016.
- Carruthers, Jane (1995), *The Kruger National Park: A Social and Political History*. Pietermaritzburg: University of Natal Press.
- Diop, P. Momar (2011), "Proposta para a criação de uma Declaração Universal dos Arquivos" apresentada na 36.ª Conferência Geral da UNESCO, Paris. Disponível on-line, para consulta e download, em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002134/213423e.pdf>. Acesso, agosto de 2016.
- Nugent, Paul P., & Asiwaju, Anthony I. (1996), *African Boundaries: Barriers, Conduits and Opportunities*. London: Pinter.
- IMAF (2009), *Mozambique International Borders*. Relatório apresentado pelo Diretor do Instituto do Mar e das Fronteiras de Moçambique no Instituto de Investigação Científica Tropical em Lisboa, a 20 de janeiro de 2009.
- Kloppers, Roelof J. (2005), *In Border Crossing: Life in Mozambique/South Africa Borderland since 1975*, Ph D Dissertation (Anthropology), Faculty of Humanities, University of Pretoria. South Africa.
- Macdonald, Andrew (2014), "Forging the Frontiers: Travelers and Documents on the South-Africa-Mozambique Border, 1890s-1940s", *Kronos* 40 (1), pp. 154-177.
- Mucombo, José Elias (2013), "Démarcation et maintenance des frontières internationales du Mozambique", in *Délimitations et Démarcation des Frontières en Afrique – Programme Frontière de l'Union Africaine (PFUA)*, Addis-Abeba: Commission de l'Union Africaine, Département de Paix et Sécurité, pp. 221-245.
- OUA (2013), *Délimitations et Démarcation des Frontières en Afrique – Programme Frontière de l'Union Africaine (PFUA)*, Addis-Abeba: Commission de l'Union Africaine, Département de Paix et Sécurité.
- Roque, Ana Cristina (2010a), "Sources for the History of the Southern Border of Mozambique. Preliminary Results on a Project on the Archives of the Portuguese Commission of Cartography", *Journal of Borderlands Studies*, 25(2), pp. 77-93.
- ____ (2010b), "Disputing borders: the case of Mozambique – Thongaland border (19th-20th century)". Comunicação à 8th European Social Science History Conference, Ghent, 13-16 de abril (texto não publicado).
- ____ (2012), "Mozambique in the early 20th century: borders as a source of knowledge and conflict", in Pires, Iva (org.), *Borders and borderlands: today's challenges and tomorrow's prospects*. Proceedings of the Association for Borderlands Studies Lisbon Conference, Lisbon: Centro de Estudos Geográficos, pp. 476-491. EBook ISBN:978-972-636-230-2.

- ____ (2014), “Quando o Rio Maputo se tornou fronteira: o reino dos *AmaThonga* e a definição da fronteira no Sul de Moçambique”. 9.º *CIEA*, Coimbra, CES, 11-13 de set. (texto entregue e aceite para publicação nas Atas do encontro).
- ____ (2015), “Mémoire, Rupture et continuité: La frontière du Mozambique au début du XX^e siècle”. Comunicação ao II Workshop Internacional *Mudanças e Continuidades. Espaços fronteiriços e mentalidades de fronteira*. CHAM/FCSH-UNL, Lisboa, 20-21 de junho (texto não publicado).
- Sambo, Emildo (2008), “Moçambique: fronteiras escancaradas? (6 de abril de 2008).” Disponível on-line, para consulta e download, em: <http://manueldearaujo.blogspot.pt/2008/04/mocambique-fronteiras-escancaradas.html>. Acesso, junho de 2016.
- Tembe, Joel (2015), “Arquivo Histórico de Moçambique e a Investigação Científica em Moçambique”. Conferência proferida no âmbito do seminário *Culture, Politics and Labor in Southern Africa*. UNICAMP, 11-14 de maio de 2015 (texto não publicado).
- UNESCO (2011), *Universal Declaration on Archives*. Disponível on-line em várias línguas, para consulta e download, em: <http://www.ica.org/en/universal-declaration-archives>. Acesso, agosto de 2016.